



Ministério Público da União

ATOS DO PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

PORTARIA Nº 389, DE 7 DE JULHO DE 2005

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Ofício PR/PA/CHEFIA nº 272, de 05 do corrente, da Procuradoria da República no Estado do Pará, e por necessidade de serviço, resolve:

Designar o Procurador da República RODRIGO TELLES DE SOUZA, para exercer as funções de Procurador Regional Eleitoral Substituto junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Pará, no período de 11 a 30 de julho de 2005, tendo em vista as férias regulares do titular e substituto.

ANTONIO FERNANDO BARROS E SILVA DE SOUZA

PORTARIAS DE 8 DE JULHO DE 2005

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 127, § 2º, da Constituição Federal, e tendo em vista as disposições do art. 49, inciso XX, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, resolve

Nº 393 - Exonerar, a pedido, a partir de 4 de julho de 2005, MARCELO JAIME FERREIRA, matrícula 10201-6, do cargo em comissão de Assessor de Subprocurador-Geral da República, FC-6, do Gabinete do Doutor ANTÔNIO AUGUSTO CÉSAR.

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições, com fundamento no art. 127, § 2º, da Constituição Federal, e tendo em vista as disposições do art. 26, inc. VIII, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, resolve

Nº 394 - Nomear EDSON ALVES SÁ TELES para exercer o cargo em comissão de Auditor-Chefe, FC-09, da Auditoria Interna do Ministério Público da União.

ANTONIO FERNANDO BARROS E SILVA DE SOUZA

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL SECRETARIA-GERAL

PORTARIAS DE 8 DE JULHO DE 2005

TEX O SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo MPF/PGR nº 1.00.000.006655/2005-59, resolve:

Nº 593 - 1. Reconduzir o servidor ALVAIR FERREIRA ao cargo de Técnico de Apoio Especializado, código TC-204.00, classe C, padrão 15, da Carreira de Técnico do Ministério Público Federal, nos termos do art. 29 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
2. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso da competência delegada pela Portaria PGR nº 65, de 13 de fevereiro de 1992, e tendo em vista o constante do Procedimento Administrativo nº 1.00.000.006893/2005-64, resolve

Nº 594 - Declarar vago, a partir de 30 de junho de 2005, o cargo de Técnico de Apoio Especializado Transporte, código TC-204.04, classe A, padrão 1, do Quadro de Pessoal do Ministério Público Federal, ocupado pelo servidor MARCIAL RAMÃO PEREZ, por motivo de posse em outro cargo público, nos termos do artigo 33, inciso VIII, da Lei nº 8.112/90.

O SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso da competência delegada pela Portaria PGR nº 65, de 13 de fevereiro de 1992, e tendo em vista o constante do Procedimento Administrativo nº 1.00.000.006892/2005-10, resolve

Nº 595 - Declarar vago, a partir de 01 de julho de 2005, o cargo de Analista de Orçamento, código AN-109.00, classe A, padrão 1, do Quadro de Pessoal do Ministério Público Federal, ocupado pelo servidor FRANCISCO ROBÉRIO DE SOUSA JUNIOR, por motivo de posse em outro cargo público, nos termos do artigo 33, inciso VIII, da Lei nº 8.112/90.

O SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso da competência delegada pela Portaria PGR nº 65, de 13 de fevereiro de 1992, e tendo em vista o constante do Procedimento Administrativo nº 1.00.000.006859/2005-90, resolve

Nº 596 - Declarar vago, a partir de 30 de junho de 2005, o cargo de Técnico Administrativo, código TC-201.00, classe A, padrão 1, do Quadro de Pessoal do Ministério Público Federal, ocupado pelo servidor MARCOS LIMA DE MATOS, por motivo de posse em outro cargo público, nos termos do artigo 33, inciso VIII, da Lei nº 8.112/90.

O SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso da competência delegada pela Portaria PGR nº 65, de 13 de fevereiro de 1992, e tendo em vista o disposto no art. 38, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve

Nº 597 - Designar TATIANA MARTINEWSK BICCA, ocupante do cargo de Analista de Documentação-Comunicação Social, código AN-106.04, classe A, padrão 1, matrícula 10869-3, para, no período de 11 de julho de 2005, substituir a Chefe do Cerimonial e Eventos, FC-05, da Assessoria de Comunicação Social do Ministério Público Federal, por motivo de férias da titular.

O SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso da competência delegada pela Portaria PGR nº 65, de 13 de fevereiro de 1992, e tendo em vista o disposto no art. 35, inciso II da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve

Nº 598 - Dispensar, a pedido, MARIA ENICE OLIVEIRA SILVESTRE, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, código TC-201.00, classe C, padrão 15, matrícula 4496-2, da função comissionada de Supervisor, FC-03, do Gabinete do Doutor WAGNER GONCALVES.

O SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso da competência delegada pela Portaria PGR nº 65, de 13 de fevereiro de 1992, e tendo em vista o disposto no art. 62, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve

Nº 599 - Designar MARIA GRACIETE NUNES, ocupante do cargo de Analista Processual, código AN-101.00, classe C, padrão 15, matrícula 5106-3, para exercer a função comissionada de Assessor, FC-07, da 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, dispensando-a, em consequência, da função comissionada de Secretário Administrativo, FC-03.

O SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso da competência delegada pela Portaria PGR nº 65, de 13 de fevereiro de 1992, e tendo em vista o disposto no art. 35, inciso II da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve

Nº 600 - Exonerar, a pedido, a partir de 1º de julho de 2005, FLÁVIA BURALLI COSTA, matrícula 9788-8, do cargo em comissão de Assessor, FC-05, de Procurador Regional da República da Procuradoria Regional da República 1ª Região - (Brasília), do Gabinete do Doutor HUMBERTO JACQUES DE MEDEIROS.

O SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso da competência delegada pela Portaria PGR nº 65, de 13 de fevereiro de 1992, e tendo em vista o disposto no art. 62, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve

Nº 601 - Designar LÍLIAN CUNHA BARBOZA, ocupante do cargo de Analista Processual, código AN-101.00, classe A, padrão 1, matrícula 11250-0, para exercer a função comissionada de Assessor, FC-06, do Gabinete do Procurador-Chefe Regional da Procuradoria Regional da República da 1ª Região - (Brasília).

O SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso da competência delegada pela Portaria PGR nº 65, de 13 de fevereiro de 1992, e tendo em vista o disposto no art. 62, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve

Nº 602 - Designar RAIMUNDO NONATO LIMA COUTINHO, ocupante do cargo de Analista Processual, código AN-101.00, classe C, padrão 15, matrícula 3979-9, para exercer a função comissionada de Assessor de Procurador Regional da República, FC-05, da Procuradoria Regional da República da 1ª Região - (Brasília), para atuar junto ao Gabinete do Doutor ANTÔNIO CARNEIRO SOBRINHO, dispensando-o em consequência, da função comissionada de Assessor, FC-06, do Gabinete do Procurador-Chefe Regional.

O SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso da competência delegada pela Portaria PGR nº 65, de 13 de fevereiro de 1992, e tendo em vista o disposto no art. 35, inciso I da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve

Nº 603 - Dispensar ADEMIR DE SOUSA SILVA, ocupante do cargo de Analista Processual, código AN-101.00, classe C, padrão 15, matrícula 6987-6, da função comissionada de Assessor de Procurador Regional da República, FC-05, da Procuradoria Regional da República da 1ª Região - (Brasília), do Gabinete da Doutora ANDREA LYRIO RIBEIRO DE SOUZA.

O SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso da competência delegada pela Portaria PGR nº 65, de 13 de fevereiro de 1992, e tendo em vista o disposto no art. 62, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve

Nº 604 - Designar SANDRA CRISTINA LORETO, ocupante do cargo de Analista Processual, código AN-101.00, classe A, padrão 5, matrícula 7683-0, para exercer a função comissionada de Assessor de Procurador Regional da República, FC-05, da Procuradoria Regional da República da 1ª Região - (Brasília), para atuar junto ao Gabinete da Doutora ANDRÉA LYRIO RIBEIRO DE SOUZA.

O SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso da competência delegada pela Portaria PGR nº 65, de 13 de fevereiro de 1992, e tendo em vista o disposto no art. 9º, inciso II, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve

Nº 605 - Nomear MARIANA ROCHA BITTAR, Bacharela em Direito, para exercer o cargo em comissão de Assessor de Procurador Regional da República, FC-05, da Procuradoria Regional da República da 1ª Região - (Brasília), criada pela Lei 10771, de 21 de novembro de 2003, junto ao Gabinete da Doutora ADRIANA COSTA BROCKES.

O SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso da competência delegada pela Portaria PGR nº 65, de 13 de fevereiro de 1992, e tendo em vista o disposto no art. 35, inciso II da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve

Nº 2.335 - Conceder Pensão Temporária de acordo com o artigo 5º, parágrafo único, da Lei nº 3373/58, combinada com o artigo 248 da Lei nº 8112/90, a LACI BATISTA DE OLIVEIRA, filha maior solteira de SEBASTIÃO LOURENÇO DE OLIVEIRA, falecido em 27 de novembro de 1970, matrícula de origem nº 0004430, do Quadro Permanente deste Ministério, no valor correspondente a 100% (cem por cento) do provento integral, do cargo de Agente de Serviço de Engenharia, (NI), Classe A, Padrão III, a partir de 02 de junho de 1998, data do óbito da viúva, LEONINA BATISTA DE OLIVEIRA. (Processo nº 00768.017501/82-37 RJ);

Nº 2.336 - Conceder Pensão Vitalícia de acordo com o artigo 5º, item I, alínea a, da Lei nº 3373/58, combinada com a Lei 6782/80 e o artigo 248 da Lei nº 8112/90, a FRANCISCA DE ASSIS VIEIRA, viúva de PEDRO DA ROCHA VIEIRA, falecido em 20 de março de 1983, matrícula de origem nº 0482227, do Quadro Permanente deste Ministério, no valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) do provento proporcional, do cargo de Agente de Portaria, (NI), Classe C, Padrão III, a partir de 01 de janeiro de 1991, data da vigência da Lei 8112/90 até 22 de janeiro de 2002, data do seu falecimento. (Processo nº 50000.002370/2005-72 RJ);

Nº 2.337 - Conceder Pensão Temporária de acordo com o artigo 5º, parágrafo único, da Lei nº 3373/58, combinada com a Lei 6782/80 e o artigo 248 da Lei nº 8112/90, a NEURACI LEILA DA ROCHA VIEIRA, filha maior solteira de PEDRO DA ROCHA VIEIRA, falecido em 20 de março de 1983, matrícula de origem nº 0482227, do Quadro Permanente deste Ministério, no valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) do provento proporcional, do cargo de Agente de Portaria, (NI), Classe C, Padrão III, a partir de 01 de janeiro de 1991, data da vigência da Lei nº 8112/90, até 22 de janeiro de 2002, data do falecimento da viúva Sra FRANCISCA DE ASSIS VIEIRA, alterando-se a partir da presente data a cota de pensão para 100% (cem por cento) (Processo nº 50000.002370/2005-72 RJ);

Nº 2.338 - Conceder Pensão Vitalícia de acordo com o artigo 5º, item I, alínea a, da Lei nº 3373/58, combinada com o artigo 248 da Lei nº 8112/90, a MARIA HELENA DE SANTANA FIGUEIREDO, companheira de FRANCISCO DAS CHAGAS GOMES DE AMORIM, falecido em 07 de novembro de 1989, matrícula de origem nº 030800684, do Quadro Permanente deste Ministério, no valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) do provento integral, do cargo de Auxiliar Operacional de Serviços Diversos, (NI), Classe D, Padrão IV, a partir de 01 de janeiro de 1991, data da vigência da Lei 8112/90. (Processo nº 50000.011936/92-16 RJ);

Nº 2.339 - Conceder Pensão Temporária de acordo com o artigo 5º, parágrafo único, da Lei nº 3373/58, combinada com o artigo 248 da Lei nº 8112/90, a PATRICIA SANTANA DE AMORIM, filha menor de FRANCISCO DAS CHAGAS GOMES DE AMORIM, falecido em 07 de novembro de 1989, matrícula de origem nº 030800684, do Quadro Permanente deste Ministério, no valor correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do provento integral, do cargo de Auxiliar Operacional de Serviços Diversos, (NI), Classe D, Padrão IV, a partir de 01 de janeiro de 1991, data da vigência da Lei 8112/90. Alterando-se a partir da presente data as cotas de pensão dos demais beneficiários, em conformidade com o artigo 6º da Lei nº 3373/58. (Processo nº 50000.011936/92-16 RJ);

Nº 2.340 - Conceder Pensão Vitalícia de acordo com o artigo 5º, item I, alínea a, da Lei nº 3373/58, combinada com o artigo 248 da Lei nº 8112/90, a GERTRUDES OLIVEIRA DA SILVA, viúva de CELIO DA SILVA, falecido em 02 de dezembro de 1963, matrícula de origem nº 0006355, do Quadro Permanente deste Ministério, no valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) do provento proporcional, do cargo de Auxiliar Operacional de Serviços Diversos, (NI), Classe D, Padrão V, a partir de 01 de janeiro de 1991, data da vigência da Lei 8112/90. (Processo nº 50000.020471/2000-11 RJ);

Nº 2.341 - Conceder Pensão Temporária de acordo com o artigo 5º, parágrafo único, da Lei nº 3373/58, combinada com o artigo 248 da Lei nº 8112/90, a JACIRA OLIVEIRA DA SILVA, filha maior solteira de CELIO DA SILVA, falecido em 02 de dezembro de 1963, matrícula de origem nº 0006355, do Quadro Permanente deste Ministério, no valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) do provento proporcional, do cargo de Auxiliar Operacional de Serviços Diversos, (NI), Classe D, Padrão V, a partir de 01 de janeiro de 1991, data da vigência da Lei 8112/90. (Processo nº 50000.020471/2000-11 RJ);

JORGE DA SILVA NETTO

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES

1ª UNIDADE DE INFRA-ESTRUTURA TERRESTRE

PORTARIA Nº 46, DE 6 DE JUNHO DE 2005

A COORDENADORA-GERAL DA 1ª UNIDADE DE INFRA-ESTRUTURA TERRESTRE DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES/DNIT, no uso da competência delegada pela Portaria nº 911, de 10.09.2004, publicada no D.O.U. de 14.09.2004, e tendo em vista o constante do Processo nº 50601.000171/2005-51, resolve:

CONSIDERAR APOSENTADO a partir de 14.06.05 o servidor AMARO BAIXOR DE ATAÍDE, matrícula DNIT nº 2183 e SIAPE nº 869450, lotado na 1ª UNIT/AM/RR, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, Código SA - 801, Classe "A", Padrão III, Nível Intermediário, com fundamento no artigo 40, parágrafo 1º, inciso II da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/98, combinado com o artigo 187 da Lei nº 8.112/90, com proventos integrais.

MARIA AUXILIADORA DIAS CARVALHO

Nº 606- Exonerar, a pedido, a partir de 24 de junho de 2005, DANIEL BALAN ZAPPIA, matrícula 10496-5, do cargo em comissão de Assessor, FC-05, de Procurador Regional da República da Procuradoria Regional da República 3ª Região - (São Paulo), do Gabinete da Doutora ISABEL CRISTINA GROBA VIEIRA.

O SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso da competência delegada pela Portaria PGR nº 65, de 13 de fevereiro de 1992, e tendo em vista o disposto no art. 35, inciso II da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve

Nº 607 - Dispensar, a pedido, BERNADETE SOUZA BITTENCOURT, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, código TC-201.00, classe C, padrão 15, matrícula 4766-0, da função comissionada de Chefe de Gabinete, FC-05, do Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais.

Nº 608 - Dispensar, a pedido, ANTÔNIO CARLOS GUIMARÃES PINTO, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, código TC-201.00, classe C, padrão 15, matrícula 2885-1, da função comissionada de Coordenador de Administração, FC-06, da Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais.

O SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso da competência delegada pela Portaria PGR nº 65, de 13 de fevereiro de 1992, e tendo em vista o disposto no art. 62, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve

Nº 609 - Designar VERA LUCIA GOMES, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, código TC-201.00, classe C, padrão 15, matrícula 5542-5, para exercer a função comissionada de Chefe de Gabinete, FC-05, do Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais.

O SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso da competência delegada pela Portaria PGR nº 65, de 13 de fevereiro de 1992 e tendo em vista o disposto no art. 62 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve

Nº 610 - Designar SÔNIA MÁRCIA FERNANDES FERREIRA, Administrador, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, código TC-201.00, classe C, padrão 15, matrícula 3580-7, para exercer a função comissionada de Coordenador de Administração, FC-06, da Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais.

O SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso da competência delegada pela Portaria PGR nº 65, de 13 de fevereiro de 1992, e tendo em vista o disposto no art. 35, inciso I da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve

Nº 611 - Dispensar NADIR LIMA DA SILVA, ocupante do cargo de Analista Processual, código AN-101.00, classe C, padrão 15, matrícula 3931-4, da função comissionada de Assessor, FC-05, do Procurador Regional Eleitoral da Procuradoria da República no Estado de Roraima.

O SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso da competência delegada pela Portaria PGR nº 65, de 13 de fevereiro de 1992, e tendo em vista o disposto no art. 62, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve

Nº 612 - Designar KARINA TELES PLÁCIDO, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, código TC-201.00, classe A, padrão 4, matrícula 8950-8, para exercer a função comissionada de Assessor, FC-05, do Procurador Regional Eleitoral, da Procuradoria da República no Estado de Rondônia, criada pela Lei 10.771, de 21 de novembro de 2003.

O SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso da competência delegada pela Portaria PGR nº 65, de 13 de fevereiro de 1992, e tendo em vista o disposto no art. 9º, inciso II, e no art. 35, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve

Nº 613 - Nomear LUCIANA DE OLIVEIRA ALVES para exercer o cargo em comissão de Responsável pela Área Administrativa, FC-03, da Procuradoria da República no Município de Serra Talhada - PE, criada pela Lei 10.771, de 21 de novembro de 2003, exonerando-a, em consequência, do cargo em comissão de Secretário Administrativo, FC-02, da Procuradoria da República no Estado de Pernambuco.

O SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso da competência delegada pela Portaria PGR nº 65, de 13 de fevereiro de 1992, e tendo em vista o disposto no art. 9º, inciso II da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve

Nº 614 - Nomear GUSTAVO AUGUSTO LONTRA NACIF para exercer o cargo em comissão de Assessor, FC-05, do Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro.

O SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso da competência delegada pela Portaria PGR nº 65, de 13 de fevereiro de 1992, e tendo em vista o disposto no art. 9º, inciso II, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve

Nº 615 - Nomear BRUNO VIVAS BITENCOURT para exercer o cargo em comissão de Secretário Administrativo, FC-01, criado pela Lei nº 10.771, de 21 de novembro de 2003, da Procuradoria da República no Município de Cachoeiro de Itapemirim-ES.

CARLOS FREDERICO SANTOS

PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS

PORTARIAS DE 1 DE JULHO DE 2005

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria PGR nº 54, de 19 de fevereiro de 1993, resolve:

Nº 58 - Dispensar SÔNIA MÁRCIA FERNANDES FERREIRA, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, da função comissionada de Secretário Administrativo, Código FC-02, da Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais.

Nº 59 - Designar BERNADETE SOUZA BITTENCOURT, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, para exercer a função de Secretário Administrativo, Código FC-02, da Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais.

EDUARDO MORATO FONSECA

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MARANHÃO

PORTARIA Nº 43, DE 6 DE JULHO DE 2005

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, resolve:

DESIGNAR os Procuradores da República, listados na tabela abaixo, para oficiarem perante a Subseção Judiciária de Caxias-MA, sem prejuízo de sua atuação na PR/MA, durante o período de 11/07/2005 a 05/08/2005, tendo em vista o período de férias do titular.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Procurador da República	Período
JOSÉ RAIMUNDO LEITE FILHO	11 a 17/07/2005
PEDRO JORGE DO NASCIMENTO COSTA	18 a 28/07/2005
JURACI GUIMARÃES JÚNIOR	29 a 31/07/2005
CAROLINA DA HORA MESQUITA	01 a 05/08/2005

SERGEI MEDEIROS ARAUJO

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO PROCURADORIA-GERAL GABINETE DO DIRETOR GERAL

PORTARIA Nº 237, DE 7 DE JULHO DE 2005

O Diretor-Geral do Ministério Público do Trabalho, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 279, de 06 de setembro de 1991, resolve:

Dispensar, a partir de 23/06/2005, o servidor OLAVO VENTURIM CALDAS, matrícula 6001395-8, Técnico de Informática, código TC-202.00, classe C, padrão 15, de Função Comissionada, código FC-2, na Procuradoria Regional do Trabalho da 17ª Região/ES.

JOSÉ NORBERTO PINHEIRO DE OLIVEIRA

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS DIRETORIA-GERAL

PORTARIA Nº 383, DE 7 DE JULHO DE 2005

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 476/PJ, de 15 de junho de 2000, publicada no Diário Oficial de 16 subsequente, e tendo em vista o que consta no Processo nº 08190.073714/04-19, resolve:

Conceder aposentadoria por invalidez permanente a JOSÉ LOURENÇO CLEMENTE, matrícula 766-8, ocupante do cargo de Técnico de Apoio Especializado/Transporte-TC-204.04, classe C, padrão 15, da Carreira de Técnico deste Ministério Público, nos termos do Art. 40, Inciso I, da Constituição Federal, c/c o Art. 186, Inciso I, § 1º da Lei 8.112 de 11 de dezembro de 1990, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.

MARCO CÉSAR MOREIRA GIRALDES

MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR PROCURADORIA-GERAL DA JUSTIÇA MILITAR

PORTARIAS DE 1º DE JULHO DE 2005

A PROCURADORA-GERAL DA JUSTIÇA MILITAR, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no artigo 124, inciso XIII, alínea "c" da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, resolve:

Nº 221 - Designar o Doutor OSMAR MACHADO FERNANDES, Procurador da Justiça Militar, lotado na PJM/Santa Maria/RS, para deflagrar a ação penal em face da conduta delituosa, em tese, do Maj Ex Ivan Mendes de Freitas Júnior, descrita nos autos do Procedimento de Diligência Investigatória Criminal 02/05 (Prot. MPM 0530/05/DDJ), oriundos da Procuradoria da Justiça Militar em Santa Maria/RS.

A PROCURADORA-GERAL DA JUSTIÇA MILITAR, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no artigo 124, inciso XIII, alínea "c" da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, resolve:

Nº 222 - Designar o Doutor ANDRÉ LUIZ DE SÁ SANTOS, Promotor da Justiça Militar, lotado na PJM/Curitiba/PR, para deflagrar a ação penal em face da conduta delituosa, em tese, da ex-Tenente Sílvia Soares Lemos Formighieri, descrita nos autos do Processo 15/04-7 (Prot. MPM 1148/04/DDJ), em trâmite na Auditoria da 5ª Circunscrição Judiciária Militar.

A PROCURADORA-GERAL DA JUSTIÇA MILITAR, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no artigo 124, inciso XIII, alínea "c" da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, resolve:

Nº 223- Designar a Doutora MARIA DA GRAÇA OLIVEIRA DE ALMEIDA, Promotora da Justiça Militar, lotada na PJM/Porto Alegre/RS, para, nos termos do art. 397, § 1º, primeira parte do CPPM, deflagrar a ação penal em face da conduta delituosa, em tese, da civil Nair Almeida Amaral, descrita nos autos do Inquérito Policial Militar 53/04, em trâmite na 1ª Auditoria da 3ª Circunscrição Judiciária Militar, ressalvada a possibilidade de aditamento à denúncia em relação a outros possíveis envolvidos.

MARIA ESTER HENRIQUES TAVARES

PORTARIAS DE 6 DE JULHO DE 2005

A PROCURADORA-GERAL DA JUSTIÇA MILITAR, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no artigo 124, inciso XIII, alínea "c" da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, resolve:

Nº 226 - Designar a Doutora HERMÍNIA CÉLIA RAIMUNDO, Procuradora da Justiça Militar, lotada na PJM/Rio de Janeiro/RJ - 5º Ofício, para, requisitar diligências necessárias nos autos do Procedimento de Diligência Investigatória Criminal nº 69/04 (Prot. MPM/DDJ 0089/2005), procedendo, ao final, o que entender de direito.

A PROCURADORA-GERAL DA JUSTIÇA MILITAR, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no artigo 124, inciso XIII, alínea "c" da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, resolve:

Nº 227 - Designar o Doutor CLAURO ROBERTO DE BORTOLLI, Procurador da Justiça Militar, lotado na PJM/Porto Alegre/RS, para, nos termos do art. 397, § 1º, primeira parte do CPPM, deflagrar a ação penal em face da conduta delituosa, em tese, do ex-Soldado do Exército Alessandro Moraes Soares, descrita nos autos do Inquérito Policial Militar 25/04 (Recurso Criminal nº 2004.01.007188-7), em trâmite na 1ª Auditoria da 3ª Circunscrição Judiciária Militar.

A PROCURADORA-GERAL DA JUSTIÇA MILITAR, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no artigo 124, inciso XIII, alínea "c" da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, resolve:

Nº 228 - Designar o Doutor RICARDO DE BRITO ALBUQUERQUE PONTES FREITAS, Procurador da Justiça Militar, lotado na PJM/Recife/PE, para requisitar a instauração de inquérito policial militar nos autos do Procedimento de Diligência Investigatória Criminal nº 09/05 (Prot. MPM/DDJ 0509/2005), e, ao final, propor o que entender de direito.

MARIA ESTER HENRIQUES TAVARES

Tribunal de Contas da União

PORTARIAS DE 7 DE JULHO DE 2005

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 70, inciso III, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, resolve:

Nº 137 - ALTERAR, a partir de 21 de outubro de 2004, o fundamento legal da aposentadoria concedida pela Portaria nº 177, de 17 de dezembro de 1992, publicada no Diário Oficial da União de 18 de dezembro de 1992, a GUILHERME MILLER DA PAIXÃO, matrícula 492-8, no cargo de Analista de Controle Externo, Área Controle Externo, Especialidade Controle Externo, Classe Especial, Padrão 13, do Quadro de Pessoal da Secretaria deste Tribunal, para excluir o inciso III do art. 40, in fine, da Constituição Federal de 1988, e incluir o inciso I do § 1º do mesmo dispositivo, em razão do disposto no art. 190 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e isentá-lo do Imposto de Renda, com fundamento no art. 6º, inciso XIV, da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, com a redação dada pela Lei nº 8.541, de 23 de dezembro de 1992, e no art. 39, inciso XXXIII, do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999 (Processo TC-325.323/1992-5).